Comissão de Direito Securitário da
Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo

Ata de Reunião Ordinária nº 044

**Data:** 26/10/2017  
**Local:** Rua Groenlândia, nº 352, São Paulo  
**Horário:** 9h30 às 13h

Na data e horário acima indicados, considerando convocação e pauta prevista, reuniu-se a **Comissão de Direito Securitário da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo**, estando presentes os advogados:

**Presidente:**  
Débora Schalch

**Secretária:**  
Juliana Zukauskas

**Membros Efetivos e Colaboradores:**  
Adilson Neri Pereira  
Adriana Marchesini dos Reis  
Aline Mazzi Ijanc  
Ana Gabriela Baltazar General  
Daniel Marcus  
Karen Regina Pacheco Cardieri  
Marcos Nakamura  
Renato Silvano Tchakerian  
Victor Fernandes Cerri de Souza

Aberta a reunião, passou-se a discussão dos itens previstos na pauta, conforme exposto abaixo:
Inicialmente, a Dra. Débora fez uma breve exposição sobre sua participação no VII Fórum de Direito do Seguro José Sollero Filho, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito do Seguro, onde foi apresentado o panorama atual do Projeto de Lei no 29/2017, em consulta pública no site do Senado Federal¹, que, ao que tudo indica, será brevemente apreciado. Registrou que algumas entidades do setor manifestaram seu apoio à aprovação do PL nos termos submetidos ao Senado, à exceção da Federação Nacional das Empresas de Resseguros – FENABER, que não concorda com a regulamentação do resseguro no âmbito da lei proposta.

Na sequência, passou-se aos debates sobre os estudos realizados pelo Grupo de Trabalho, conforme segue:

1. Apresentação dos Estudos Elaborados pelos Grupos de Trabalho e o Fechamento do Parecer sobre o Projeto de Lei no 29/2017 (Institui a Lei de Seguros) a ser Encaminhado ao Senado Federal

(i) Regulação e Liquidação (artigos 77 a 92)

Responsáveis: Adriana Marchesini dos Reis, Aline Mazzi, Débora Schalch e Juliana Zukauskas

As Dras. Adriana, Aline, Débora e Juliana continuaram a apresentação sobre os dispositivos do projeto que versam regulação e liquidação de sinistro.

Após debates entre os presentes, no que se refere ao texto do artigo 88, avençou-se pela recomendação de substituição da expressão "do valor do seguro" para "pagamento da indenização".

No tocante ao artigo 89, foi sugerida sua divisão em parágrafos, para delimitar as disposições sobre os seguros de massa e os de grande complexidade técnica

¹ https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizaomateria?id=128831
(grandes riscos), acrescentando-se ao dispositivo que a solicitação de documentos pela Seguradora deve ser justificada. Avençou-se, ademais, pela recomendação da possibilidade de eventual avença dos prazos entre as partes no início do processo de regulação.

Na sequência, definiu-se que a Comissão recomendará a supressão do § 4º do artigo 90, à vista da sua inconstitucionalidade.

Já no que se refere ao artigo 91, avençou-se pela recomendação de inclusão do termo “obrigação de fazer” ao dispositivo.

Por fim, acordou-se pela recomendação de supressão do artigo 92, com adequação da fundamentação jurídica já apresentada pelo Grupo de Estudos.

(ii) Da Interpretação do Contrato (artigos 58 a 63)

Responsáveis: Ana Gabriela Ballazar General e Renato Silvano Tchakerian

Na sequência, os Drs. Ana Gabriela e Renato realizaram breve exposição sobre os estudos realizados sobre o Capítulo destinado à interpretação do contrato.

Após debates, definiu-se pela recomendação de ressalva relacionada à aplicação da regra do Código de Defesa do Consumidor ao artigo 58, e que a justificativa deverá estar em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e ao conceito doutrinário de hipossuficiência.

Adiante, avençou-se que a Comissão recomendará a supressão da parte final do artigo 61 do projeto, em vista da justificativa apresentada pelo Grupo de Trabalho.

Por fim, avençou-se sobre a recomendação de alteração do texto do artigo 63 e do artigo 127, parágrafo único, no que tange à arbitragem, de modo a promover a sua adequação à legislação específica em vigor.
(iii) Da Prescrição (artigos 124 e 125)

Responsável: Marcos Nakamura

Na sequência, o Dr. Marcos realizou uma apresentação sobre os estudos realizados sobre o Capítulo destinado à prescrição.

Após debates sobre o texto do artigo 124, acordou-se que a Comissão recomendará (i) a adequação do termo "fato gerador da pretensão", no que cabível, (ii) a supressão da figura "terceiros prejudicados" do inciso II, que deverá ter tratamento diverso daquele conferido pelo projeto aos beneficiários, (iii) a atrelação do prazo do terceiro prejudicado ao prazo aplicável à relação seguradora, (iv) a necessidade de adequação do prazo prescricional de 03 (três) anos relacionado ao resseguro, por se tratar de relação jurídica de ressarcimento, sobretudo em se levando em conta a complexidade da pulverização dos riscos, e (v) a inclusão do prazo prescricional de 01 (um) ano no parágrafo único do artigo.

Por fim, para o artigo 125, restou definida a sugestão de alteração do termo "pedido de reconsideração" para "aviso de sinistro", de modo a adequá-lo à jurisprudência consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça.

2. Deliberação sobre Reuniões Extraordinárias para Finalização dos Estudos sobre o Projeto de Lei de Seguros

Na sequência, os membros presentes deliberaram pelo encerramento das reuniões de discussão do Projeto de Lei de Seguros, e avençaram que os trabalhos, em consonância com os debates realizados, deverão ser encaminhados pelos Grupos de Trabalho respectivos até o dia 10/11/2017, impreterivelmente, no formato definido pela Comissão (vide anexo), para posterior unificação e apresentação ao Senado Federal, com futura participação da Comissão em eventual audiência pública.
3. Assuntos Gerais

Deliberou-se, no mais, pelo adiamento da realização do Congresso de Direito Securitário, que aconteceria em dezembro de 2017, para fins de realização de um Seminário com o tema "Apresentação dos Estudos da Comissão de Direito Securitário sobre o PL nº 29/2017 – Lei de Seguros", a ser realizado no dia 30/11/2017, na Praça da Sé, nº 385, 2º andar (Plenário dos Conselheiros), das 9h30 às 12h30.

Nesse contexto, avançou-se que os membros que concluírem os estudos tratados no item 2 e tiverem interesse em apresentá-los no Seminário, deverão se manifestar até o próximo dia 08/11/2017.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrado os trabalhos, lavrando-se a presente ata, subscrita pela Presidente e pela Secretária da Comissão.

São Paulo, 26 de outubro de 2017.

[Débora Schalch]
Presidente

[Juliana Zukauskas]
Secretária